

Um romance várias
vezes desmentido
e depois confirmado
foi esta semana
«oficializado» numa
foto de família tirada
em Joanesburgo

A Graça de

Mandela

REFINALDO CHILENGUE correspondente em Maputo

MOÇAMBIQUE «é um país de maravilhas que não escapam à vista de ninguém e não é por acaso que o nosso Presidente descobriu e conquistou uma dessas maravilhas impressionantes», comentou, em Outubro de 1996, no Parlamento moçambicano, Desmond Tutu, Prémio Nobel da Paz e arcebispo reformado da Igreja Anglicana do Cabo, referindo-se aos laços amorosos entre o Presidente da África do Sul, Nelson Mandela, e Graça Machel, a viúva de Samora Machel, primeiro chefe de Estado de Moçambique pós-independência.

Sublinhando que não tencionam casar oficialmente, e «apenas passar alguns momentos juntos, periodicamente», Nelson Mandela, de 79 anos, e Graça Machel, de 51, assumiram publicamente as relações amorosas que os unem desde Agosto de 1996, depois de sucessivos desmentidos, protagonizados particularmente pela ex-primeira-dama moçambicana.

Esta semana, Nelson e Graça deixaram-se fotografar, abraçados e felizes, na residência particular de Mandela em Joanesburgo, numa espécie de primeira foto oficial do seu romance. Tal como disse o Presidente sul-africano, Graça vai passar a residir ali duas ou três semanas por mês, tantas quantas lhe permitam a sua vida profissional.

Recorde-se que Graça Machel, que foi ministra da Educação, apresentou recentemente à

ONU o seu relatório sobre o Impacto do Conflito Armado nas Crianças. Actualmente, é presidente da Assembleia Geral do Banco Internacional de Moçambique e coordenadora da ONG Fundação para o Desenvolvimento Comunitário.

A primeira confirmação oficial do seu romance surgiu em Setembro do ano passado, quando um porta-voz governamental, comentando notícias cada vez mais insistentes, afirmou: «Tudo o que posso dizer é que não são falsas».

Desde 1994 que corriam rumores sobre a ligação, mas os boatos eram sistematicamente desmentidos. Mesmo quando Mandela foi passar um fim-de-semana a Moçambique, em Abril de 1995, uma semana depois de ter demitido do Governo a sua então mulher Winnie Mandela, com quem já não vivia desde 1992 e de quem, aliás, acabou por se divorciar.

Nessa data, Graça Machel, brincando com os jornalistas, disse que tendo já sido primeira-dama de um país, não tinha qualquer espécie de ambição de se tornar primeira-dama de outro.

União de pessoas e de países.

A união entre as duas personalidades, cujas vidas marcadas pela tragédia, pela luta política e por uma espécie de redenção predestinada, constitui, de algum modo, o coroar dos laços seculares que unem os povos da África do Sul e de Moçambique, laços esses que nem sempre foram harmoniosos.

Um dos momentos mais dramáticos do relacionamento entre moçambicanos e sul-africanos aconteceu por altura da assinatura dos célebres «Acordos



Judith Ngwenya/Reuters

de N'Komati», rubricados pelo malogrado Presidente Samora Machel e pelo ex-Presidente da África do Sul, Pieter Botha, em Março de 1984, quando os zelosos oficiais dos serviços secretos de Maputo molestaram centenas de membros do Congresso Nacional Africano (ANC) de Mandela, entretanto preso.

Foi nessa altura que todos os refugiados do ANC em Moçambique receberam das autoridades locais tratamento de autênticos «inimigos», alvos de uma vigilância e perseguição cerradas. A maioria dos membros do ANC foram então desarmados e expulsos, com a excepção de alguns quadros superiores, actos que mereceram a reprovação quase generalizada dos restantes países da chamada «Linha da Frente» (Angola, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue).

Acusações

de traição. Nem os operacionais militares do ANC, alguns dos quais treinados nos mesmos campos das forças da Frelimo, que entretanto já tinham assumido o poder em Maputo, foram poupados nesta fase, com as respectivas casas a serem passadas a «pente fino» e os seus ocupantes a serem expulsos.

Em simultâneo, Pretória «metia na gaveta» o tratado e continuava a prestar assistência aos guerrilheiros da Renamo, a fazer fé nos documentos capturados no quartel-general do mo-

vimento liderado por Afonso Dhlakama, na Casa Banana, nas montanhas da serra da Gorongosa, na província central moçambicana de Sofala, em Setembro de 1985.

Na ocasião, Joe Slovo (falecido em 1995), o então presidente do Partido Comunista da África do Sul (SACP) e considerado um dos membros da «ala dura» do ANC, não se cansou de acusar e criticar activamente o Governo moçambicano, chegando mesmo a utilizar amiúde a expressão «traição», para classificar o excesso de zelo dos agentes dos Serviços Nacionais de Segurança Popular (SNASP) — como então se designava a polícia política moçambicana e que hoje se chama Serviço de Informação e Segurança do Estado.

Nesses anos, segundo as mesmas fontes, Samora Machel, pouco antes do acidente aéreo que o vitimou, e a Frelimo mantinham melhores relações com o Partido Nacional, responsável pelo regime do «apartheid», do que com que o ANC.

Foi nesse período de intenso «namoro» entre Maputo e Pretória que, na capital moçambicana, foi erguido um bairro residencial para acolher oficiais superiores e intermédios do Governo sul-africano, adjacente ao qual foi construído um parque de diversão baptizado com o nome da primeira-dama da África do Sul: Helena Park.

Pode ser que, agora, surja um «Graça Park», algures em Pretória, capital da África do Sul. ■

Cabo Verde

Companhia de Tabacos arrematada por 312 mil contos

PÚBLICO, 11-2-97

OS BENS da Companhia de Tabacos, empresa que em Cabo Verde produz as marcas da Tabaqueira, foram arrematados ontem, na Cidade do Mindelo, por 312 mil contos. A venda judicial aconteceu depois de uma tentativa gorada em Novembro passado, quando o Tribunal de S. Vicente deferiu o pedido de providência cautelar requerida pela Câmara Municipal daquela ilha, detentora de 10 por cento das acções da empresa, que devia ao fisco cabo-verdiano mais de 260 mil contos.

Na altura a decisão do juiz João Gonçalves, que suspendeu o primeiro leilão, provocou grande celeuma tendo o Governo recorrido ao Supremo Tribunal de Justiça que há duas semanas acabou por anular a sentença. O Executivo, por intermédio do primeiro-ministro Carlos Veiga, anunciou então a possibilidade de proceder criminalmente contra Gonçalves por "abuso de poder" e também pelos prejuízos causados ao Estado.

Este anúncio, inédito em Cabo Verde, causou estranheza junto dos magistrados, que, em privado, se disseram chocados. Mais do que afrontoso, para o juiz João Gonçalves o que se pretende com tal tipo de procedimento é desacreditar os juizes perante a população. "Se por cada decisão o juiz fosse responsabilizado criminalmente ninguém aceitaria ser magistrado", disse ele ao PÚBLICO.

De qualquer modo, o caso da Companhia de Tabacos teve on-

tem o seu desenlace, com a realização de um novo acto de venda judicial. O anúncio da venda causou grande surpresa uma vez que se desconhecia a data em que o novo leilão deveria ser realizado.

Cabo Verde conhece, aliás, nos últimos dias, uma grande actividade judicial, o que salta à vista devido ao carácter melindroso de vários dos processos que estão a ser julgados. Sábado passado foram postos em liberdade o diplomata José Duarte e o gestor Virgílio Fernandes, presos preventivamente há oito meses por alegada irregularidade financeira na gestão do hotel Belorizonte, propriedade do Estado, na Ilha do Sal.

Também, há poucas semanas, o Supremo Tribunal de Justiça ordenou ao Governo que devolvesse ao Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) as chaves do Instituto Amílcar Cabral até que seja definitivamente esclarecido a quem pertence a propriedade do edifício, em disputa entre o principal partido da oposição e as autoridades.

Entretanto, decorre igualmente na Cidade da Praia o julgamento da directora do jornal "A Semana", Filomena Silva, por vários casos de alegado abuso à liberdade de imprensa. Tido como o jornal de maior circulação em Cabo Verde, grande parte dos processos têm como queixoso o Ministério Público ou membros próximos do poder neste país lusófono africano. ■

José Vicente Lopes

Angola

Comissão Política da UNITA

PÚBLICO, 11-2-97

afasta Fátima Roque

REUNIDA no Bailundo de sábado até ontem, a Comissão Política da UNITA determinou que este partido só enviará para a Assembleia Nacional de Angola e para o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) "os seus membros de militância e disciplina comprovadas".

Consequentemente, "a Comissão Política da UNITA decidiu expulsar das suas fileiras a dr^a Fátima Roque, que tem violado sistematicamente as regras de disciplina interna, pelo que não ocupará nenhum lugar de deputada na bancada parlamentar da UNITA".

De acordo com o comunicado distribuído em Lisboa ao princípio da noite de ontem, "a Comissão Política adverte seriamente as autoridades ligadas ao processo de normalização da entrada dos parlamentares da UNITA na Assembleia Nacional de que os casos de Fátima Roque, Honório Van-Dunem

e Norberto de Castro são considerados pela UNITA como internos e não se prestarão a nenhuma revisão, se não se quiser pôr em causa todo um processo de paz por causa de um punhado de renegados ao serviço de interesses alheios".

Na semana passada, em Luanda, Fátima Roque — cujo nome fazia parte dos eleitos em 1992, mas que desde há mais de um ano já não está nas boas graças da direcção do seu partido — entregou ao presidente da Assembleia, Roberto de Almeida, uma carta em que dizia ter sido com surpresa que tomara conhecimento de que o seu nome não consta da lista de deputados da UNITA que deverão apresentar-se este mês no plenário. E, logo a seguir, endereçou outra missiva "ao povo angolano", sublinhando que não lhe pesa na consciência qualquer falta de lealdade ao partido dirigido por Jonas Savimbi. ■

Guterres com uma extensa comitiva na sua primeira visita a África

PÚBLICO, 14-2-97

Televisão, cultura e negócios para Cabo Verde

PROJECTAR a língua e a cultura, apoiar o investimento português e reforçar as relações bilaterais. À luz destas três bandeiras, e com muita televisão à mistura, António Guterres inicia domingo uma visita de cinco dias a Cabo Verde, naquela que é a primeira deslocação oficial do primeiro-ministro a África. Quanto à comitiva, onde constam os ministros Augusto Mateus, Marçal Grilo, Manuel Maria Carriho e Jorge Coelho, ela ronda as cem pessoas.

Com a agenda repleta de contactos com as autoridades cabo-verdianas — Guterres andarà quase sempre acompanhado pelo seu homólogo, Carlos Veiga —, o prato forte da visita parece ser mesmo televisão e negócios.

Domingo, o primeiro-ministro inaugura os estúdios da RTP/África, que abre a sua primeira delegação em África, na Cidade da Praia.

Na segunda-feira, António Guterres e Carlos Veiga são entrevistados por José Eduardo Moniz, no programa "Na Ponta da Língua", emitido em directo pela RTP Internacional. Constante da viagem, a televisão domina a agenda de terça-feira: Guterres lançará a primeira pedra do edifício da Televisão Nacional de Cabo Verde (TNCV), financiada com capitais portugueses, num total de 150 mil contos.

Na segunda-feira, desloca-se ao interior da Ilha de Santiago. Objectivo: depor uma coroa de flores no presídio de Chão Bom — mais conhecido por Tarrafal. Na cerimónia participarão dois ex-presos políticos que estiveram ali detidos, Edmundo Pedro e Sérgio Vilarigues. O presídio é, aliás, um dos locais que recebeu uma dotação do Estado português, com vista à criação de um museu da Resistência. Isto

para além de uma verba de 120 mil contos para a produção de um filme sobre o Tarrafal, cujo realizador é o guineense Flora Gomes.

A possibilidade de tornar o escudo cabo-verdiano convertível em moeda portuguesa é outro dos "dossiers" quentes. Tal como toda a vertente económica. O Executivo diz que quer criar condições políticas para que alguns negócios se concretizem. Isto é, fazer um último "pressing" para apoiar os empresários portugueses.

A delegação empresarial é, aliás, a mais numerosa de toda a comitiva, sendo composta por nomes como João Salgueiro (Banco Nacional Ultramarino e Caixa Geral de Depósitos), Pedro Mello (Banco Mello), Rocha de Matos (Associação Industrial Portuguesa), Murteira Nabo (Portugal Telecom) ou Ludgero Marques (Associação Industrial Portuense).

Na mira das empresas portuguesas surgem negócios de algum vulto, tais como a criação de comunicações telefónicas móveis, a cimenteira cabo-verdiana, as obras do aeroporto e porto da Praia ou as oportunidades no sector financeiro.

O Governo sublinha ainda o peso da vertente científica e educativa. Vários protocolos serão assinados para reforçar a cooperação nas áreas da Ciência e Tecnologia, formação de magistrados e de jornalistas. Neste lote, destaca-se um acordo, ainda a ser ultimado, sobre a prestação temporária de trabalho de cabo-verdianos em Portugal. Para reforçar a língua e cultura portuguesas está prevista também uma "entrega simbólica" de cerca de 20 mil livros a 17 bibliotecas, fornecidos pelo Ministério da Cultura, assim como material para aderir à Internet. ■

João Lopes Marques

A maioria dos deputados da UNITA ainda está fora de Luanda

“Ou discutimos todos ou o MPLA governa sozinho”

Jorge Heitor

O Galo Negro deixa claramente no ar a impressão de que antes de Março não deverá haver o Governo angolano de ampla base que é aguardado há mais de seis meses. Carlos Morgado, um dos eleitos em 1992, insiste em que a UNITA continua sem ser legalizada nem ter autorização para fazer comícios, constituindo esse um dos obstáculos para uma verdadeira reconciliação nacional.

“Ou discutimos o programa e o formato do Governo antes de todas as forças políticas participarem nele ou então o MPLA faz um Governo sozinho e diz o que é que quer que os outros partidos façam no país”, declarou ontem ao PÚBLICO, em Lisboa, um dos deputados angolanos eleitos em Setembro de 1992, Carlos Morgado, representante-adjunto da UNITA em Portugal.

“Ninguém acha lógico cumprir um programa do MPLA, perfeitamente desajustado da presente realidade do país”, insistiu aquela destacada figura da oposição ao regime que até agora tem vigorado em Luanda.

Apesar de uma pequena parte dos 70 deputados que hão de constituir a segunda bancada parlamentar de Angola já estar actualmente na respectiva capital, os restantes poderão demorar algum tempo mais a chegar, não sendo portanto crível que durante os próximos dias a mediação tenha qualquer hipótese de marcar ainda para este mês a tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) previsto no Protocolo de Lusaca.

“Fizemos um grande esforço para que o processo, na sua parte militar, tivesse o sucesso que teve; e agora pensamos que na parte política cabe ao Governo [actual] fazer as concessões”, disse-nos Morgado, que ainda não sabe bem quando é que ele próprio avançará para África, a fim de assumir novas funções. E do seu discurso o que transcende é que o processo de normalização da vida angolana ainda poderá demorar bastante tempo, fazendo-se a conta-gotas.

Segundo ele, nem sequer há listas definitivas com a composição do grupo parlamentar da UNITA, apesar das versões que circulam de mão em mão e que incluem nomes como Abel Chivukuvuku (uma hipótese para vice-presidente da Assembleia ou para líder da bancada), Eugénio António Ngolo Manuvakola, Isaias Samakuya, Almerindo Jaka Jamba e Celestino Kapapelo.

De igual modo, não é ponto assente que o seu partido fique exactamente com os ministérios estipulados no Protocolo de Lusaca — Geologia e Minas, Comércio, Saúde e Hotelaria e Turismo —, pois que a eventual abertura do GURN a mais forças políticas representadas no Parlamento [ontem têm assento uma coligação e 11 partidos] poderá fazer com que o grupo de Jonas Savimbi fique com menos pastas ou com pelouros diferentes dos inicialmente previstos.

A avaliar pela necessidade, proclamada por Carlos Morgado, de se discutir o formato e o programa do Governo, e uma vez que o MPLA não se apresen-

ta predisposto a tal discussão, é claramente de crer que não haverá qualquer novo Executivo angolano a tomar posse durante os próximos 15 dias, até à primeira semana de Março, ficando entretanto a aguardar-se também uma reunião entre o Presidente José Eduardo dos Santos e Savimbi.

Ontem mesmo, o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Lamego, fez em público um forte apelo à UNITA para que dê seguimento ao seu “pequeno passo” de ter já enviado para Luanda algumas das figuras destinadas à Assembleia Nacional e ao GURN. A linguagem daquele elemento da troika de observadores foi dura e deixou transparecer o receio de quaisquer manobras dilatórias que atirem com a normalização de Angola para as calendárias gregas.

Falta de legalização

“O nosso partido continua a não ser legal em Luanda. Vamos regressar a Luanda como deputados de um partido ilegal? Enquanto o Governo não se pronunciar sobre estas questões, o processo não pode avançar”, argumentou Carlos Morgado, que durante um determinado período da sua vida foi conhecido como médico pessoal de Jonas Savimbi.

“Não posso fazer um comício em Luanda nem

em qualquer outra área controlada pelo MPLA. Os nossos secretariados provinciais não estão abertos. [...] São meros aspectos de formalismo, que se podem resolver em dois ou três dias”, acrescentou aquele político, segundo o qual também falta as autoridades divulgarem os lugares a que a UNITA terá direito nas empresas públicas, designadamente nas de Comunicação Social.

“Propomos que esta Assembleia seja Constituinte, para permitir que se faça a revisão das leis e da Constituição. Quando houver condições, a Assembleia deverá então ser dissolvida e convocadas novas eleições. Até lá a Assembleia mantém-se, se são dois, se são três, se são quatro, se são seis anos não interessa”, prosseguiu Morgado.

Por outro lado, a economista Fátima Roque, que há quatro dias foi expulsa da UNITA e acusada de “violar sistematicamente as regras de disciplina interna”, declarou ontem ao PÚBLICO que ainda não renunciou ao lugar de deputada para que foi eleita em 1992, mas que desistiu de se apresentar na próxima semana em Luanda, a fim de não arrastar a polémica em que tem estado envolvida.

Roque considerou injuriosa a linguagem da Comissão Política do seu partido, ao ser incluída num “punhado de renegados ao serviço de interesses alheios”, mas não desejou alargar-se em considerações, para além de tudo aquilo o que já disse desde o início do mês, numa “carta aberta ao povo angolano” e em várias entrevistas. ■

O que diz o Protocolo de Lusaca

O PARTIDO do Jonas Savimbi encontra-se actualmente a caminho de vir a participar na governação de Angola a nível central, provincial e local, bem como nas missões diplomáticas daquele país no estrangeiro.

As normas de participação dos elementos da UNITA no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, incluídas no Protocolo de Lusaca, de 1994, são basicamente as seguintes:

1. Aceitação, no acto de tomada de posse, do cumprimento escrupuloso do Programa do Governo elaborado pelo Conselho de Ministros e das leis em vigor na República de Angola.

2. Obediência ao princípio da colegialidade, nos termos do qual competem ao

Governo, reunido em Conselho de Ministros, as funções políticas e administrativas mais importantes, cabendo aos titulares dos órgãos do Governo a execução das linhas gerais da política previamente definida.

3. Responsabilidade individual perante o primeiro-ministro, que se traduz na possibilidade de aquele propor a substituição dos que não cumpram o programa do Governo e a legislação em vigor.

4. Aceitação e respeito do princípio da proeminência do primeiro-ministro e da repartição de competências.

5. Aceitação das regras de funcionamento da função pública, nomeadamente os princípios gerais em matéria de emprego na função pública, de regime e estru-

ção de carreiras [...] e de promoção e disciplina na Administração Pública.

6. Não assumir qualquer compromisso que obrigue económica e financeiramente o Estado ou de algum modo vincule o Governo a outros Estados, governos ou Organizações Internacionais, sem autorização prévia do Conselho de Ministros ou do primeiro-ministro.

7. Os elementos da UNITA que não forem titulares de órgãos exercerão os poderes que lhes foram legalmente atribuídos.

8. Desvinculação orgânica e funcional do partido político de origem, sem prejuízo dos seus direitos e interesses constitucionalmente protegidos.

9. Respeito e solidariedade com a base parlamentar do Governo. ■

EXPRESSO, 15-2-97

ÁFRICA DO SUL

A revolta dos mestiços

REJEITADA esmagadora-mente por negros e brancos sul-africanos, a política baseada em conceitos raciais encontrou um último refúgio entre uma fatia da população onde parecia ser menos provável que tal acontecesse: os chamados «coloured» ou mestiços, que residem em Joanesburgo e na parte ocidental da província do Cabo.

Relativamente privilegiados durante o «apartheid», muitos dos mestiços mais pobres sentem-se agora discriminados pelos governantes sul-africanos, maioritariamente negros. Na semana passada, o seu cada vez maior sentimento de alienação provocou motins nos bairros mestiços de Joanesburgo, onde os protestos contra aumentos ale-

gadamente injustos sobre as taxas de distribuição de água e electricidade se traduziram em ataques à polícia e a automobilistas.

Os mestiços sustentavam que os negros dos bairros vizinhos pagavam menos pelos serviços e que só era cortado o abastecimento por falta de pagamento aos mestiços e aos brancos. «Os negros tomaram conta de tudo», disse uma mulata no meio do motim. «Agora os mestiços são os africanos, os brancos são os negros e os negros são os brancos. Ainda vivemos na era do 'apartheid'. Não há empregos, nada».

Nas eleições supra-raciais de 1994, o Partido Nacional tentou aliciar a maioria mestiça da zona ociden-

tal do Cabo com uma campanha racista, explorando os sentimentos de desconfiança desta comunidade em relação aos negros. Os mestiços entregaram o controlo do governo provincial ao Partido Nacional.

Até agora, a reacção do ANC foi inexpressiva. O governo provincial do ANC para a região de Joanesburgo negou qualquer discriminação. Contudo, o professor Torn Lodge do departamento de política da Universidade de Witwatersrand pensa que a discriminação existe mas por razões de conveniência. Os mestiços e os brancos pobres não partilham da tradição negra de uma severa disciplina comunitária e de manifestações de protesto, constituindo portanto alvos

mais fáceis para os fiscais municipais.

Mestiços conservadores não estão satisfeitos com a sua legitimidade cultural: também querem uma identidade racial distinta e começaram a designar-se a si próprios por «browns» à procura uma identidade aborígene entre os extintos povos do Cabo, os khoi khoi (hotentote) e os san («bushman»).

Esta retórica racial pouco significa para a maioria dos mestiços, os quais estão mais preocupados com o desemprego crescente e o aumento da taxa de criminalidade.

ED O'LOUGHLIN
em Joanesburgo

Angola

Emboscadas e aldeias pilhadas

PÚBLICO, 16-2-97

A PILHAGEM de aldeias e as emboscadas nas estradas de Angola persistem, sendo da responsabilidade tanto de elementos da UNITA como do Governo; e tanto do Corpo de Defesa Civil como de pessoas não identificadas. Quem o diz é o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, num relatório que o Conselho de Segurança irá debater no fim deste mês.

As duas partes principais do conflito, e em particular a Polícia Nacional de Angola, continuam a manter controlos ilegais em várias partes do país, impedindo assim a livre circulação de pessoas e de bens, esclarece o diplomata do Gana, no seu relatório de 15 páginas.

Até ao início de Fevereiro, 70.660 militares da UNITA apresentaram-se em 15 áreas de acantonamento mantidas pela Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem III), mas desse número 22.686 desertaram ou saíram temporariamente dos acampamentos, deixando assim preocupada a mediação.

A ONU pretende agora que a UNITA desmantele os quatro centros de comando que ainda tem e que forneça informações sobre os efectivos e o equipamento militar do destacamento de segurança do presidente daquele partido, Jonas Savimbi. Enquanto, por outro lado, Annan ob-

serva que, em algumas zonas, as tropas governamentais continuam relativamente perto dos locais de acantonamento da parte contrária [o que eventualmente poderá gerar tensões].

Até hoje ainda não há sequer 7000 oficiais e soldados da UNITA integrados nas Forças Armadas Angolanas (FAA), queixando-se a Unavem de interferência dos comandantes de Savimbi na escolha e incorporação dos homens, bem como de fraco planeamento e de dificuldades logísticas por parte da própria estrutura unificada. A mediação duvida mesmo de que seja possível seleccionar dentro de um prazo razoável todos os 26.300 elementos de Savimbi que deveriam entrar nas FAA.

A ONU ainda tem em Angola 5.600 soldados, 376 observadores militares, 308 funcionários e 255 polícias, num total aproximado de 6.600 pessoas, entre as quais 1110 indianos, 981 brasileiros, 979 uruguaios, 894 zimbabwianos, 782 romenos e 350 portugueses.

Algumas dezenas de especialistas em desminagem deverão continuar naquele país até ao mês de Junho, mesmo que outras tropas, em número limitado, venham a partir durante os próximos 60 dias, a um ritmo que estará inevi-

tavelmente associado ao do processo de reconciliação nacional. E, de qualquer modo, até Agosto haverá sempre em solo angolano grupos de reacção rápida, unidades médicas e pessoal de transmissões.

O que se prevê nesta altura é que a Missão de Verificação das Nações Unidas se transforme gradualmente, ao longo deste ano, numa missão de observadores, vocacionada para a consolidação da paz e o aumento da confiança entre as partes, de modo a que haja estabilidade a longo prazo.

Complexo exercício

A ONU tenciona colaborar na extensão da administração central a todos os municípios de Angola, por intermédio de uma Divisão de Assuntos Políticos, que terá um director e uma equipa a trabalhar em Luanda, bem como representantes regionais, dado que o exercício se apresenta complexo.

No seu primeiro relatório sobre este tema desde que no início do ano sucedeu ao egípcio Butros Butros-Ghali, Kofi Annan considera ser difícil prever quando é que voltará a haver eleições presidenciais e legislativas em Angola [depois da triste sequestra das de 1992].

O que diz é que, com a progressiva retirada das tro-

pas estrangeiras, que também incluem zambianos, russos e namibianos, a polícia civil das Nações Unidas terá um trabalho acrescido, designadamente na verificação da neutralidade da polícia angolana, que será crucial para a extensão da administração do Estado a todos os pontos do território, incluindo aqueles que desde há mais de 20 anos são controlados pela UNITA.

Nas observações finais do relatório agora conhecido, o secretário-geral volta a insistir em que o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi se reúnam dentro de Angola o mais depressa possível, o que é uma coisa que anda a ser tentada desde há mais de seis meses; considera da maior importância que todos os 70 deputados da UNITA ocupem os seus lugares na Assembleia Nacional e que logo a seguir se forme o Governo de Unidade e Reconciliação previsto no Protocolo de Lusaca.

No caso de o novo Executivo não ser formado até ao fim de Fevereiro, Annan recomenda ao Conselho de Segurança que o mandato da Unavem III seja apenas prorrogado até ao dia 31 de Março, e logo acrescenta que se nessa última data também não houver um Governo de Unidade "poderão ser consideradas medidas apropriadas", que não especifica. ■ J.H.

Portugal e Cabo Verde apostam no controlo dos fluxos migratórios e criam "rede diplomática" conjunta

PÚBLICO, 19-2-97

Porta aberta aos temporários

Do nosso enviado
João Lopes Marques
na Cidade da Praia

As autoridades cabo-verdianas queriam mais. Lisboa diz que não pode e invoca a bandeira de Schengen. Mas António Guterres trazia na mala alguns triunfos. A prestação temporária de serviços em Portugal já é uma certeza. Tal como a criação de uma "rede diplomática" conjunta entre os dois países. A primeira do género em todo o mundo, salienta o Executivo de Guterres, que parte hoje para a ilha de São Vicente. O quarto e penúltimo dia da viagem oficial a Cabo Verde.

Ainda não é desta vez que os cidadãos cabo-verdianos vão deixar de precisar de visto para entrar em Portugal. Mas, em

breve, vão passar a poder trabalhar em Portugal durante um ano, prorrogável até um máximo de três. Este é o prazo concedido pelas autoridades portuguesas, previsto num dos cerca de 20 protocolos ontem assinados na Cidade da Praia, prato forte do terceiro dia da viagem de António Guterres a Cabo Verde. Quanto às áreas abrangidas pelo documento, ainda estão a ser estudadas.

"O Governo tem coragem de abordar matérias que eram até aqui tabu", afirmou António Guterres, numa alusão aos vários protocolos — e com uma ênfase especial para a prestação temporária de serviços. À margem da visita, porém, Lisboa não esconde que o assunto, ainda que globalmente positivo, é melindroso. Isto porque estes avanços poderão abrir a porta a várias situações de clandestinidade: uma vez expirado o prazo atribuído, será difícil localizar um trabalhador que não queira regressar a Cabo Verde.

Neste capítulo, Guterres tem desfraldado por diversas vezes a bandeira de Schengen. Uma espécie de justificação para a prudência da posição negociada portuguesa, que serve igualmente para refrear os ímpetos mais liberalizadores das autoridades locais para que Lisboa fosse mais longe na concessão de vistos. É uma forma de lembrar que, apesar da ofensiva africana, a moeda única continua a ser uma das maiores apostas socialistas. As alusões à União Europeia têm sido, aliás, uma constante da visita.

O acordo ontem assinado, acrescenta Guterres, possui diversas vantagens económicas e sociais. Os benefícios do projecto — cuja aplicação se baseia numa resolução do Conselho da Europa — repartem-se pelas duas partes, enfatizam os dois chefes de Governo. Para Portugal, permite controlar a emigração clandestina. Cabo Verde, por seu turno, passa a regular o fluxo emigratório para Portugal, podendo desincentivar "as pessoas que não têm capacidade para se inserir na sociedade portuguesa", explica Carlos Veiga.

Em cima da mesa está agora um outro "dossier". Ou seja, a possibilidade de, dentro de alguns meses, Lisboa tomar uma posição sobre a atribuição de vistos de múltipla

entrada a cidadãos cabo-verdianos, explicou ao PÚBLICO o secretário de Estado da Cooperação e dos Negócios Estrangeiros, José Lamego. Caso se concretize, os profissionais liberais e empresários cabo-verdianos poderão ser o primeiros beneficiários.

A coroa de glória do Governo português parece ser, contudo, outro dos protocolos ontem rubricados, relativo à cooperação no domínio da representação diplomática e consular. "Pela primeira vez em termos mundiais há a possibilidade de colocar diplomatas e agentes consulares de Cabo Verde

em missões portuguesas", acrescenta Lamego, para quem este acordo é não só "de uma importância transcendente", como uma "experiência histórica". Mais: "Dois países da CPLP anteciparam-se e vão criar uma rede diplomática mundial." Através da qual, por exemplo, um cidadão cabo-verdiano residente em Paris poderá tratar dos seus problemas na missão portuguesa.

Reiterar posições

Antes da conferência de imprensa conjunta no Palácio do Governo, Guterres e Veiga tinham já encerrado o seminário "Oportunidades de investimento em Cabo Verde". Uma cerimónia que serviu para reiterar posições. Portugal parece ter uma a palavra mágica em relação ao arquipélago — "parceria estratégica", que se junta a "país irmão".

Carlos Veiga foi mais longe e referiu-se à "sintonia completa de visão" entre os dois países, além de inventariar os tópicos de uma receita para atrair o investimento. Da "luta contra a burocracia" ao "equilíbrio macroeconómico".

Continua na pág. seg.

Lutas familiares, referendo ao escudo

A BATALHA entre o PS e o PSD para conseguir a adesão do Movimento para a Democracia (MpD), partido de Carlos Veiga, às respectivas famílias políticas internacionais prossegue em bom ritmo. Uma guerra de bastidores, que se tornou ontem mais visível após António Guterres ter recebido na embaixada portuguesa os representantes dos três maiores partidos do país. Pelo meio, emergiram as primeiras críticas à forma com tem sido tratada a questão da eventual convertibilidade do escudo cabo-verdiano em escudo português.

À margem da visita oficial, alguns membros do Governo, continuam a tentar convencer o MpD a optar pela Internacional Socialista (IS), em detrimento do Partido Popular Europeu, a família política do PSD. A liderar os contactos, discretos, está José Lamego, na sua qualidade de responsável do PS para as Relações Internacionais. E, apesar da proximidade de Veiga e do MpD às teses liberais e da recente ofensiva de Marcelo Rebelo de Sousa em Cabo Verde, os socialistas parecem apostados em vencer o braço-

de-ferro. "Ao contrário do que foi noticiado, a discussão interna dentro do MpD ainda não terminou", garantia ontem ao PÚBLICO um dos membros do Executivo.

A saída do encontro com Guterres, Agostinho Lopes, ministro do Mar e representante do MpD — que, com 50 dos 71 deputados no Parlamento, alcançou em 1995 a sua segunda maioria absoluta — acabaria por confirmar de forma categórica esta tese. "Quem decide em que internacional ficamos somos nós", disse. A decisão final, acrescentou, deverá ocorrer dentro de dois meses.

O PAICV, por seu lado, mostra-se irritado com a condução de todo o processo. O seu líder, Aristides Lima, eleito em Roma vice-presidente do Comité África da IS, aproveitou a ocasião para afirmar que "não se pode jogar em dois tabuleiros", numa alusão à indecisão do MpD e às pressões dos dois maiores partidos portugueses. E, entre críticas ao modelo de democracia de Veiga, remata: "Não se pode dizer que haja uma grande afinidade política entre o MpD e o PS."

Os ataques são mais violentos quando se fala na possível convertibilidade da moeda cabo-verdiana em escudos portugueses. Não se opo, Aristides, falando em nome do PAICV, no poder até 1991 e com 20 assentos no Parlamento, defende um referendo. "É uma questão com muitas implicações, que está a ser tratada de forma sigilosa." Mais: "Não é admissível que apenas se ouça falar nisso pela boca de um líder estrangeiro [Marcelo], ainda que de um país amigo".

Em crescendo, lança a ideia de que o MpD está a preparar terreno para aderir à "zona do franco", caso a comissão mista não encontre uma solução técnica para a convertibilidade com o escudo. Confrontado com o esta hipótese, deixa no ar a convicção de que Veiga se prepara para seguir o exemplo da Guiné-Bissau. Ou seja: se não conseguir a convertibilidade com o escudo português virar-se-á para outra moeda europeia. E, tal como Bissau, poderá aderir à União Económica e Monetária da África Ocidental. Uma questão que o próprio Veiga não se mostra preocupado em negar. ■ J.L.M.

Guterres enfatiza vertente atlântica no último dia da viagem a Cabo Verde

PÚBLICO, 21-2-97

O Governo da “nova estratégia”

Do nosso enviado
João Lopes Marques
na ilha do Sal

A vertente atlântica de Portugal tem que ser reforçada. A Europa já não chega. Antes de deixar Cabo Verde, Guterres elogiou Veiga, falou em “êxito total” e apelou aos empresários portugueses para investir no país. Depois da “nova maioria”, chegou o tempo da “nova estratégia”. E José Aparecido de Oliveira poderá ser embaixador itinerante da CPLP.

“A Europa só por si já não nos chega.” Numa só frase,

António Guterres sintetizou, ontem, na ilha do Sal, as razões que o levaram a Cabo Verde, naquela que foi a sua primeira viagem a África e a segunda a um membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Um ano após a deslocação ao Brasil, o Governo fala agora em “nova estratégia”. E caso haja consenso entre os Sete, poderá propor dentro de dias o nome de José Aparecido de Oliveira para embaixador itinerante da comunidade de Estados lusófonos.

São vários os ingredientes desta “nova estratégia”. Em Cabo Verde, o Executivo disse que queria apostar na vertente atlântica, coordenando-a com a dimensão europeia. Uma tentativa de aumentar o poder negocial de Portugal na União Europeia (UE).

“Faz sentido que Portugal diversifique as suas relações”, declarou o primeiro-ministro, antes de embarcar para Lisboa. Mas as reticências são ainda muitas. Agravadas com as imposições de Schengen — um dos argumentos mais utilizados por Guterres para justificar as dificuldades de uma

“cidadania lusófona” com cobertura jurídica.

A escolha de Cabo Verde para iniciar o ciclo africano não foi, aliás, inocente, como reconhecem os membros do Governo. O arquipélago é o único País Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que permite, neste momento, alguma compatibilidade com o desafio do euro. Questão levantada por Marcelo Rebelo de Sousa, a eventual convertibilidade das duas moedas prova-o. “Nos PALOP, só Cabo Verde tem condições para este arranjo”, disse ao PÚBLICO o secretário de Estado da Cooperação, José Lamego.

Tratada em sigilo, nunca abordada nas várias declarações, o “dossier” da convertibilidade parece tabu. Numa fase em que os Estados-membros da UE se posicionam para a moeda única, Lisboa tem medo das implicações negativas deste ponto. Mas decidiu criar uma comissão mista e reitera a sua “forte vontade política” no assunto. São dois os pressupostos que Cabo Verde terá de cumprir para “geminar” a sua moeda ao escudo: o consentimento dos Quinze; um empréstimo de cerca de 15 milhões de contos

do Banco Mundial para sanear a dívida interna.

As questões relativas à livre circulação de pessoas e trabalhadores são também problemáticas. O Executivo de Veiga queria obter vistos de múltiplas entradas em Portugal. Lisboa disse que não, embora saliente que o tema está em aberto e que dentro de meses estes vistos poderão ser concedidos a empresários e profissionais liberais cabo-verdianos.

E prefere sublinhar dois protocolos assinados anteontem: a constituição de uma “rede diplomática e consular” comum; e a prestação temporária de trabalho, que pode ir de um a três anos. As áreas abrangidas deverão ser a construção civil, as pescas (recrutamento de tripulações) e a hotelaria.

Quanto à tão falada “parceria estratégica”, ela passa por um “salto qualitativo” na economia cabo-verdiana, que, sustenta o Executivo, se assumirá como a placa giratória entre Portugal e África. Com o apoio português, Veiga defende um modelo idêntico ao das ilhas Maurícias: aposta no turismo, indústrias ligeiras (como a têxtil) e formação de quadros para a África Ocidental. ■

Continuação da pág. anterior

Porta aberta aos temporários

Em relação à convertibilidade das duas moedas, tema quente, que está a ser tratado “com pinças”, Guterres alude a “uma vontade política forte”, mas continua a salientar “as dificuldades técnicas”, de mãos dadas com a “futura articulação com o euro”. Veiga também se mostra discreto quando este “dossier” é citado, embora pareça denotar alguma impaciência, dando corpo a convicção de que um futuro convite da França pode ser a segunda hipótese de Cabo Verde, interessado numa “geminção” a uma moeda europeia (ver texto em baixo).

Também ontem, o chefe do Executivo cabo-verdiano confirmou a decisão de apoiar os principais projectos empresariais portugueses. Assim, a Cimpor deverá liderar o maior investimento de sempre no arquipélago, uma cimenteira na ilha de Maio, num total de oito milhões de

contos. E a Portugal Telecom, “uma parceria de sucesso”, tem luz verde para implantar a primeira fase das redes telefónicas móveis em Cabo Verde.

A educação, por seu lado, teve ontem o seu principal dia nesta viagem — que hoje prossegue na ilha de São Vicente. Ou seja, ficou a saber-se que também nas relações com Cabo Verde ela é uma paixão. Por outras palavras, Marçal Grilo optou por falar em “alta prioridade para as nossas relações”.

O ministro avançou algumas medidas no domínio do ensino superior. Em breve, os cursos cabo-verdianos serão creditados por uma instituição universitária portuguesa; e Portugal apostará em Cabo Verde como pólo de formação para outros países do continente, tais como a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. ■

Alberto Costa em Angola

PÚBLICO, 21-2-97

Em Cabinda sem tocar na ferida

OS NACIONALISTAS cabindas levaram ontem a mal um simples cumprimento de Alberto Costa que, logo no início de uma deslocação oficial, agradeceu o convite para a visita referindo-se ao enclave como “esta terra angolana de Cabinda”.

“O Governo português não devia reforçar a ideologia do erro que é legitimar o controlo de Cabinda por Luanda. Digerimos mal a declaração do ministro”, explicou mais tarde o presidente do Comité dos Naturais de Cabinda (CNC).

O ministro da Administração Interna iniciou em Ca-

binda uma visita de dois dias a Angola e efectuou uma deslocação bastante particular — sem a imprensa — à base de Malongo. Alberto Costa percorreu as instalações da Cabinda Gulf, no bloco 14.

A agenda do ministro português, centrada na cooperação na formação das forças de segurança e de fronteiras — a visita a Angola é feita a convite do seu homólogo, André Pitra “Petroff” —, não abordava o problema do movimento secessionista cabinda. Alberto

Continua na pág. seg.

Novo livro põe em causa toda a história do MPLA

EXPRESSO, 15-2-97

JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA

A HISTÓRIA recente de Angola está a suscitar viva polémica. Depois do livro do general Iko Carreira, o trabalho do investigador Carlos Pacheco promete dar que falar. E o mesmo poderá acontecer com as memórias da guerra civil do missionário espiritano Tony Neves.

Qual a data — real, efectiva — da fundação do MPLA? Onde decorreu o encontro constitutivo? E quem foram os autênticos fundadores? Estas e outras questões cruciais da história recente de Angola foram (re)lançadas para debate público por Carlos Pacheco. **MPLA, Um Nascimento Polémico** é como se chama o seu livro, com a chancela da Vega e lançado em Lisboa, na quarta-feira. O tema é particularmente delicado, uma vez que incide sobre a própria génese do partido no poder.

Carlos Pacheco, um historiador angolano de créditos firmados, põe em causa a versão oficial do próprio MPLA. A saber: que o Movimento Popular de Libertação de Angola foi criado em Dezembro de 1956, em Luanda. Após uma aturada pesquisa — com destaque para o recheadíssimo arquivo da PIDE/DGS —, Pacheco desmente em absoluto aqueles dois dados. Sustenta, por um lado, que o MPLA só viu a luz do dia em Janeiro de 1960. O que significa que, durante esse intervalo de quatro anos, o terreno esteve praticamente livre para a UPA de Holden Roberto, o rival histórico do MPLA.

Por outro lado, Pacheco afirma que a fundação não teve lugar em Luanda, mas no estrangeiro, mais exactamente em Tunes, onde se realizou a II Conferência dos Povos Africanos. Foi aí — escreve — que surgiu o MPLA «preto no branco pela primeira vez, qual

símbolo político até então desconhecido». A organização do MPLA só começaria semanas depois e ainda fora de Angola: em Conacry, na residência de Azancot de Meneses, «que gozava de excelentes favores junto do Governo de Sékou Touré», o Presidente da República da Guiné.

A tese central do livro é corroborada, no essencial, pelo autor do prefácio, Joaquim Pinto de Andrade. Escrevendo em Luanda, o irmão do primeiro presidente do MPLA propõe a revisão da versão oficial sobre a génese do movimento: «Pera-te todos estes dados, é-me difícil compreender que certos 'históricos' teimem e reteimem em repisar, ainda hoje, versões insustentáveis à luz dos factos revelados, dos documentos disponíveis e da mais recente investigação histórica».

Crítica feroz a Iko Carreira

A controvérsia estalou na própria sessão de lançamento do livro. Entrevistado pela RDP-África, Carlos Belli Bello demarcou-se da tese do livro. Tido como um homem muito próximo do Presidente Eduardo dos Santos, Belli Bello considerou não haver razão para questionar a versão do próprio MPLA. No mesmo sentido se pronunciou, aos microfones da rádio Luanda Antena Comercial, Ruth Lara, mulher de um dos fundadores do MPLA, Lúcio Lara. Outros dos «históricos», Azancot de Meneses, preferiu nada dizer sem ler antes o livro.

Igualmente polémico foi o livro do general Iko Carreira, **O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto**. Lançado por uma ou-

tra editora portuguesa, o livro do ex-ministro da Defesa de Angola pôs em causa umas tantas verdades oficiais, sobretudo da gestão de Agostinho Neto, o primeiro Presidente da República de Angola. Iko mereceu um ataque feroz por parte de Luís Neto Kiambata, ex-embaixador em Londres, que escreveu um longuíssimo artigo no semanário «Comércio Actualidade». Também a viúva de Neto terá manifestado as suas críticas sobre o trabalho de Iko. A chegada a Luanda — que se espera para muito breve — de um milhar de exemplares do livro poderá relançar o debate.

Para a semana, será lançado um outro livro sobre Angola. Chama-se **Missão em Angola**. Num registo completamente diferente dos anteriores, é uma espécie de diário jornalístico do padre Tony Neves sobre os anos mais quentes da guerra civil (1989/94). Impressionante o dedo acusador, quando relata os 55 dias da guerra de Huambo, «um símbolo de crueldade, porque não foram observadas um mínimo das regras da deontologia da guerra. Foi mesmo um 'mate-se quem quiser', um 'salve-se quem puder' e um 'morra-se à toa'!»

Mas os contributos para a história de Angola não se ficam por aqui. Ainda este semestre está previsto um livro (infelizmente póstumo) de Mário de Andrade. Em Luanda, Lúcio Lara está a trabalhar numa história do MPLA. E o médico Eduardo dos Santos já confidenciou estar a preparar as suas memórias. Enfim, Carlos Pacheco promete um livro ainda mais polémico sobre o 4 de Fevereiro de 1961, a data que marca o início da luta armada em Angola.

Continuação da pág. anterior

Em Cabinda sem tocar na ferida

Costa evitou o tema, vincando apenas que «o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem feito saber a posição portuguesa». Que é favorável à manutenção das actuais fronteiras angolanas.

A questão foi, porém, levantada pelo CNC (uma formação «nacionalista»), que, «por vias oficiosas», fez chegar às mãos de Alberto Costa uma carta de protesto. «O problema está nas mãos do Governo português, que pode reparar o erro de uma descolonização mal feita. Pensamos que Lisboa pode corrigir isso, como o fez em relação a Timor-Leste», explicou à imprensa o presidente do CNC, o pastor Afonso Justino Waco, único líder dos vários movimentos independentistas do enclave a residir na cidade de Cabinda.

«A visita do ministro foi encoberta, porque não foram convocadas as autoridades eclesiásticas e tradicionais»,

criticou ainda Afonso Justino Waco, que falou aos jornalistas enquanto, quatro pisos acima, Alberto Costa reunia com a comunidade portuguesa.

Alberto Costa visitou também uma unidade da polícia civil da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III), chefiada por um oficial da GNR, major Martins da Fonte. Hoje, o ministro português visita a Polícia de Intervenção Rápida (os «ninjas») e a Escola Nacional de Polícia «Mártires do Kapolo».

O programa pretende «impulsionar no terreno as formas de cooperação existentes», explicou Alberto Costa. Em 1997, 171 elementos da polícia angolana vão receber formação em Portugal, processos que variam entre algumas semanas e cinco anos. ■

Pedro Rosa Mendes,
em Cabinda

Não deixe de assinar
ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

Ligue 531-2636

Lusofonia: reflexão estratégica

EXPRESSO, 22-2-97

PEDRO
REBELO DE SOUSA*

AO OUVIR Ernâni Lopes, exímio comunicador, a expor o tema «Portugal/Europa/África — uma gestão fulcral para o futuro», senti o eco das minhas mais profundas convicções e repetidas reflexões ao longo de décadas de ausência física de Portugal e vivências díspares nos continentes africano e americano.

Com o reconhecido talento a nível de equacionamento estruturante e de apresentação didáctica, ouvi-o com a atenção de discípulo e o ânimo de militante das ideias expostas.

Convergindo no essencial, queria apenas oferecer um subsídio de ideias complementares, que, creio, poderão esclarecer um ou outro aspecto que a relevância pontual deixa, na minha perspectiva, como lacunar.

Não basta mencionar o Brasil a nível de conceptualização, não basta referi-lo sem nele nos determos e sem precisar o quê, quem, como e quando. Não fazê-lo é acreditar que se pode dimensionar um Brasil continental enquanto interlocutor para uma realidade que não é pacífica, nem para o chamado Brasil real (diferamos «profundo») nem para as suas elites intelectuais e políticas.

Há um capital de conhecimento (ainda) entre Portugal e os países africanos, de língua portuguesa que não existe entre o Brasil e esses países.

E se o desconhecimento que Brasil e Portugal têm reciprocamente é minorado com uma complicidade e identidades que geram empatia e com a presença de uma colónia portuguesa no Brasil que teve significado ao longo do séc. XX, o mesmo se não diga entre Brasil (esse Brasil feito de Brasil tão diversos), Angola e Moçambique.

Será todo um trabalho de reconhecimento e revitalização de raízes em que a triangulação lusitana, sem pretensões, pode e deve desempenhar um papel catalisador.

Portanto, cumpre, ao traçar triângulos ou poliedros, ponderar realisticamente que o Brasil-continente — uma das dez maiores economias do mundo — tem uma estratégia internacional relativamente clara e pragmática, que assume na lusofonia uma vertente dualística: crescentemente presencial a nível mundial, a médio-longo prazos, e utilitarista, na dimensão económica, a curto-médio prazos. Se a isto adicionarmos previsíveis «interiorizações» nos próximos anos que o crescimento da economia brasileira suscitará, resta a dúvida sobre a efectiva disponibilidade do Brasil para pensar lusofonia, Portugal e África...

E se, como afirma Ernâni Lopes, há que reconstruir o triângulo atlântico elementar, acredito que qualquer estratégia que do mesmo derive tem que ter em conta um Brasil que precisa de ser «(re)conquistado» para o universo da lusofonia. E tal só se faz criando mecanismos de conhecimento recíprocos e, a nível económico, plataformas de participação e parceria, a exemplo do que Espanha realizou nestes últimos anos com a demais América Latina (a América Latina representou em 1995 21% do investimento directo espanhol no estrangeiro).

O segundo aspecto, que creio fundamental não omitir, é o do «network», que poderia e deveria ser potenciado, de portugueses/brasileiros/africanos de língua portuguesa, de forma mais acentuada cabo-verdianos e seus descendentes, em certos pontos estratégicos. Se pensarmos na colónia portuguesa no Luxemburgo, cerca de um terço de população activa; nas centenas de milhares de sul-africanos de ori-

gem portuguesa, importante presença em não menos importante parceiro; na presença portuguesa e cabo-verdiana no Brasil; na de brasileiros e portugueses nos EUA; já sem falar em outras comunidades, como a portuguesa no Canadá, rapidamente se conclui que há, em todos esses grupos populacionais uma valência que certos povos, sem o percurso histórico como o da saga lusitana, têm sabido catalisar em benefício de uma lógica presencial e estratégica. Dos judeus aos irlandeses, temos exemplos de como um «network» pode ser tão ou mais relevante do que uma estratégia de «avanço presencial».

Isso é tanto ou mais grave quanto o tempo corre contra nós e no sentido de «reduzir» tal sentimento a algo como os escoceses sentem quando falam da respectiva origem.

O terceiro e último comentário tem que ver com as conclusões.

Não deixa de ser curioso que Ernâni Lopes, quicá um dos portugueses com maior autoridade para tirar a conclusão que se segue, não o tivesse feito (pelo menos explicitamente) no final da intervenção.

Com efeito, a exemplo do que sucedeu na adesão à CEE/UE, onde claramente tivemos um acordo de regime desde o 25 de Novembro, que sobreviveu quinquena e meia de governos até ao momento da adesão, o mesmo deveria ser equacionado para a vertente lusófona.

Ora o que urge, reconhecendo à lusofonia um carácter estratégico prioritário e equivalente à nossa presença europeia, é dizer alto e em bom som que é necessário um acordo de regime que não faça da lusofonia um campo que todos invocam, com exclusividade, como seu em termos de acção política e em que não prevaleça uma contabilidade de gestos e declarações. Porque do que se precisa é de uma estratégia comungada por todos os principais parcei-

ros políticos (e que, num segundo estágio, colha a adesão dos agentes socioeconómicos relevantes).

Não basta, assim, um governo empenhado em medidas altamente meritórias nos domínios da cultura e da economia viradas para a África, mas sim um diálogo sério para construir uma estratégia que leve em consideração o que Ernâni Lopes bem explicou, a saber: a interlocução com o Brasil e os EUA na dimensão africana, a política para as comunidades de emigrantes (exauridas de anos de avanços e recuos e de uma classe política que assalta a respectiva capacidade financeira em épocas pré-eleitorais e que até hoje foi incapaz de consagrar o seu direito de voto para o PR) e sobretudo a certeza de que o projecto tem uma comunhão a nível nacional e não uma natureza restrita à acção política e ao carácter avulso norteado por forças conjunturais.

Faça-se um pacto de regime em torno de uma estratégia clara e não se cometa o erro de não partilhar essa realidade com os povos portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos e dos demais países de língua portuguesa.

Para que não se fique no diagnóstico e na formulação teórica de estratégias ou somente na acção política pragmática mas sem enquadramento sequencial, impõe-se, pois, a urgente efectivação de um pacto de regime, sob pena de uma vez mais (e desta vez com o risco para Portugal de ter de repensar a sua soberania e a razão de ser e estar no mundo) não conseguirmos ultrapassar a atomização e o individualismo que, amíde e infelizmente, nos tolhem a acção.

*Advogado; docente universitário; presidente da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa

Luanda 'ataca' inflação

EXPRESSO, 22-2-97

A PERSPECTIVA do estabelecimento de um clima de paz e de reconciliação nacional em Angola, com a consequente extensão da actividade económica a todo o país, levou o Governo a preconizar para este ano uma redução da taxa de inflação em 40 por cento e o crescimento do Produto Interno bruto (PIB) em termos de oferta em sete por cento e em termos de procura em 9,3 por cento.

O repto lançado pelo Executivo de França Van-Dunem inserido no seu programa de acção, aprovado esta semana, corresponde a uma das exigências «nucleares» do Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas a instituição não deixa de insistir na necessidade de se aprofundar com transparências as dívidas cruzadas relativas ao petróleo e de se proceder a uma auditoria ao sector diamantífero.

Estimulada pela unificação das taxas de câmbio imposta por este organismo para pôr fim ao clientelismo que favorecia sectores da «nomenclatura» do regime com acesso administrativo às divisas, o Executivo angolano baixou de 84 por cento em Maio para 5,5 por cento a taxa de inflação e aumentou em 14,8 por cento o volume de depósitos à ordem nos bancos comerciais. O crescimento de emprego está estimado em 12 por cento.

«Fizeram-se alguns progressos mas o Governo tem de assumir com frontalidade a nova política salarial pois os atrasos que se verificam há dois meses

no pagamento dos vencimentos poderá provocar um verdadeiro cataclismo social», advertiu a Central Geral dos Sindicatos Independentes e Livres de Angola.

Para reduzir a pressão sobre as despesas públicas, o Governo preconiza a máxima racionalização das despesas militares, dando prioridade às despesas com reflexo na actividade produtiva.

Para corrigir o défice externo, França Van-Dunem defende a alteração da estrutura de importação e uma nova estruturação competitiva da produção interna. «Vamos reduzir a expansão do crédito, rever as taxas de juro para favorecer o investimento produtivo e baixos custos financeiros, eliminar os impostos à exportação e baixar o nível de impostos à importação tendo em conta o fomento da produção nacional», disse ao EXPRESSO uma fonte do Banco Nacional de Angola (BNA).

Para responder a algumas das preocupações da UNITA, o primeiro-ministro defende uma aceleração do processo das privatizações para assegurar a diminuição dos sub-

sídios às empresas públicas e estabelece o início de negociações para a concessão de empresas públicas ao sector privado.

Tendo a política cambial como âncora da política monetária, o BNA manterá o regime de taxa de câmbio única real e ajustável às condições do mercado. Este esforço, segundo um economista do Ministério das Finanças, será complementado com a eliminação dos subsídios sobre o preço da gasolina e com a revisão dos subsídios dos preços dos transportes.

Ao elaborar o programa de investimentos públicos e o programa nacional de obras públicas o Governo estabelece como prioridades a reabilitação de infra-estruturas. Mas França Van-Dunem já advertiu que «terá que se pôr termo ao início de novas obras e projectos de grande dimensão, salvo os de pequeno e médio porte cuja conclusão se possa esperar para 1997 e acabar com a prática de pagamentos adiantados».

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

Não deixe de assinar
ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS
Ligue 531-2636

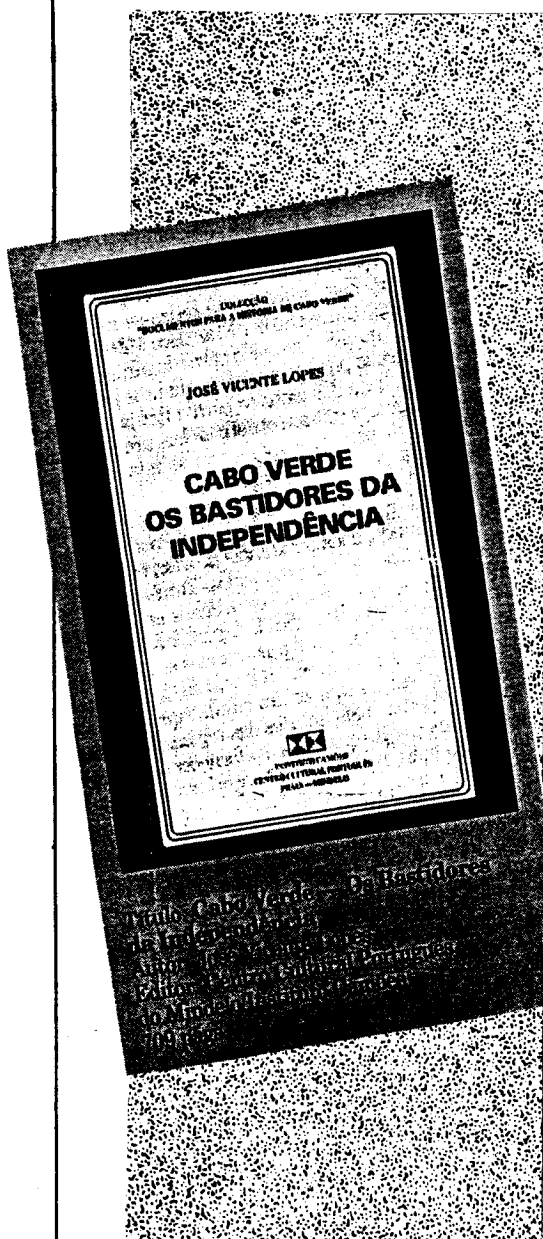
"Cabo Verde — Os Bastidores da Independência", de José Vicente Lopes

AS ILHAS ESTÃO CHEIAS DE VOZES

PÚBLICO, 22-2-97

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA

O primeiro trabalho de um cabo-verdiano sobre a história recente do arquipélago, "Cabo Verde — Os Bastidores da Independência", de José Vicente Lopes, esgotou a primeira edição em poucos dias após o seu lançamento, havendo já uma editora francesa interessada na sua tradução. O livro, que deverá ser lançado em Portugal no próximo mês, lança uma nova luz sobre o processo de formação do PAIGC, a morte de Amílcar Cabral e os conflitos (até agora pouco conhecidos) que se seguiram à independência. Em entrevista ao PÚBLICO, José Vicente Lopes explica porque é que não gosta que o processo cabo-verdiano sirva de exemplo aos restantes países africanos.



Nos últimos vinte anos poucas vezes os jornais falaram de Cabo Verde, pois, como se sabe, do que não é drama raramente se faz notícia. Este silêncio pode levar-nos a pensar que o arquipélago não tem história. "Cabo Verde — Os Bastidores da Independência", de José Vicente Lopes, demonstra o contrário, e fá-lo brilhantemente. Cruzando dezenas de testemunhos de personalidades de todas as origens e quadrantes políticos, cabo-verdianos, guineenses, portugueses, Vicente Lopes reconstrói, ao longo de mais de setecentas páginas, a apaixonante aventura da independência de Cabo Verde. A formação do PAIGC, a morte trágica de Amílcar Cabral, o falhanço do projecto de unidade entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau, de tudo isto nos fala este livro, num ritmo sempre vivo, mais próximo da reportagem do que do ensaio "histórico".

Nascido na cidade do Mindelo em 1959, José Vicente Lopes passou a infância e a adolescência em Angola, só regressando ao arquipélago depois da independência. Jornalista, é colaborador de "A Semana" e correspondente do PÚBLICO e da BBC. "Cabo Verde — Os Bastidores da Independência" é o seu primeiro livro, numa edição do Centro Cultural Português na cidade da Praia, com o apoio do Instituto Camões.

PÚBLICO — Como é que surge este livro?

JOSÉ VICENTE LOPES — Decidi escrever este livro no início de 1995, ao lembrar-me de que Cabo Verde iria completar em Junho desse ano duas décadas como país independente. O João Nuno Alcáda, conselheiro cultural da Embaixada Portuguesa na Praia, tinha-me prometido publicar um trabalho desse tipo se eu o escrevesse e isso foi mais um incentivo. Conversando com pessoas de vários quadrantes políticos, cada uma delas me foi dando a sua versão dos acontecimentos, e assim acabei por construir o livro. Naturalmente, recorri também a fontes documentais.

P. — Encontrou grandes contradições?

R. — Sim. Há depoimentos que chocam de forma flagrante com algumas versões românticas que se foram urdindo à volta da história recente de Cabo Verde.

P. — Entre os factos novos que o seu livro revela está todo o movimento de resistência e independência do arquipélago?

R. — Essa é uma questão que ainda hoje causa polémica. Estou a lembrar-me de uma entrevista que o antigo presidente Aristides Pereira conce-

deu ao Expresso e que levantou uma grande celebração em Cabo Verde. Seja como for, é um facto que logo que acontece o 25 de Abril em Portugal surgem três teses sobre o futuro de Cabo Verde: uma primeira, próxima do PAIGC, defendendo a independência e a unidade com a Guiné-Bissau. Uma outra, próxima da UPICV, de José Leitão da Graça, que era contra a unidade com a Guiné; e uma terceira tese, que defendia uma espécie de federação com Portugal, a tese da União Democrática Cabo-Verdiana, UDC. Esta três correntes políticas vão-se degladiar de forma bastante intensa durante um certo período. Mas é também um facto que destas três correntes aquela que se conseguiu implantar melhor foi o PAIGC?

P. — Não se realizaram nunca eleições para saber qual era a força maioritária?

R. — Não, mas houve manifestações de força neste período, que vai de Abril de 1974 até 9 Dezembro. E a organização política que conseguia mobilizar mais pessoas era efectivamente o PAIGC.

P. — No seu livro fala também da perseguição contra as pessoas que de alguma forma apoiaram o sistema colonial. Esta realidade é pouco conhecida. Foi assim tão grave?

R. — Eu recolhi depoimentos que mostram que houve indivíduos presos em Dezembro de 1974, e que voltaram a ser presos em 1977 e depois em 1981. E isto tudo com comportamentos das autoridades bastante graves do ponto de vista dos direitos humanos.

P. — De qualquer forma a perseguição a esses antigos funcionários, ou aos outros inimigos do regime, nunca alcançou os extremos de violência que se verificaram em Angola ou na Guiné-Bissau.

R. — Não, mas também não é possível comparar a realidade cabo-verdiana a essas realidades. O facto de em Cabo Verde não haver uma noção de massa, porque a nossa sociedade é muito pequena, faz com que pequenos incidentes tenham uma proporção enorme. Todo este processo repressivo explicava a derrota do PAIGC nas primeiras eleições.

P. — Um processo repressivo que não fez mais do que dois mortos?

R. — Dois mortos que para nós representam um massacre! Quando se aponta a experiência cabo-verdiana como um modelo, isso é verdade apenas no quadro dos países de língua portuguesa. Se formos comparar o processo cabo-verdiano com a ilha Maurícia a comparação não é tão favorável. Quem olha os países africanos a partir de Lisboa precisa de um show case. Mal sabe os observadores que fazem isso as dificuldades que tal perspectiva nos cria. Muitos dos problemas de Cabo Verde não se resolvem porque o país foi eleito pelos observadores de Lisboa como exemplo que os angolanos, os guineenses e os moçambicanos devem seguir.

P. — Isso irrita-o?

R. — A mim? A mim irrita-me! Eu não quero ser comparado a alguém que está abaixo de mim, quero ser comparado a alguém que está acima de mim!

P. — Esse tipo de posição, por outro lado, incomoda os africanos, porque é como se os cabo-verdianos se quisessem afastar de África.

R. — Se é assim, então que seja!

Se Amílcar Cabral não tivesse existido...

P. — Outra questão tratada com muito pormenor no seu livro é o da unidade entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau. Hoje, quando se olha para trás, parece evidente a fragilidade dessa ideia. Sem o Amílcar Cabral,

Continua na pág. seg.

Continuação da pág. anterior

AS ILHAS ESTÃO CHEIAS DE VOZES

né, provavelmente já com a intenção de desencadear um movimento que levasse à independência dos dois países.

P. — Pode-se considerá-lo então um cabo-verdiano internacionalista, um pouco como o Ernesto Che Guevara em relação a Cuba?

R. — É ousado assumir uma opinião. Eu conheço Amílcar Cabral por aquilo que ele deixou escrito.

P. — E analisando aquilo que ele deixou escrito o que é que se pode concluir?

R. — Já muitas vezes me fizeram essa pergunta. A verdade é que o Amílcar Cabral foi educado como cabo-verdiano e só descobriu a sua condição de guineense ao regressar da Guiné. E é bom não esquecer que ele acabou por ser vítima da sua origem. Quando as autoridades guineenses fazem uma lei segundo a qual à presidência da República só podem concorrer indivíduos de ascendência guineense? O Amílcar Cabral seria afastado desse processo? A nós, em Cabo Verde, nunca nos passaria pela cabeça criar uma lei deste tipo. A minha impressão é que pelo menos os discípulos de Amílcar Cabral têm dúvidas quanto à sua guineidade e nós em Cabo Verde não temos dúvidas nenhuma quanto à cabo-verdianidade de Amílcar Cabral.

P. — No espaço africano de língua portuguesa surgiram nos últimos anos uma série de livros sobre a história recente desses países. Esta redescoberta da história de África pelos próprios africanos parece-lhe importante?

R. — Os melhores livros sobre a Grécia antiga

não foram escritos por gregos. Isto para dizer que essa questão não me preocupa.

P. — Não o preocupa a afirmação de uma História feita pelos africanos?

R. — O que preocupa é saber se este meu esforço está próximo ou não da verdade; se este meu esforço vem ou não contribuir para clarificar todo este passado. Há uma outra coisa que eu procurei ter sempre em mente, tentei que a elaboração deste livro não fosse uma coisa maniqueísta. Conversei com indivíduos ligados ao PAIGC, conversei com indivíduos que estiveram ligados a outras correntes políticas e também com portugueses. Creio que em Cabo Verde foi a primeira vez que se escreveu um livro com este tipo de abordagem. A conquista da independência significou a conquista da dignidade nacional. Ninguém pode negar isso. Só que nesse processo, talvez para se dar mais brilho à luta pela independência, procurou-se enegrecer o período anterior.

P. — Mas em Cabo Verde, com o fim do regime de partido único, houve até um movimento oposto a esse, com a recuperação de símbolos coloniais, como as estátuas ou o nome das ruas. Parece haver até uma certa saudade de Portugal em Cabo Verde?

R. — O que eu penso é que há uma grande ignorância! As pessoas que subiram ao poder em que tinha simultaneamente ligações à Guiné e a Cabo Verde, esta tese teria alguma vez feito sentido?

R. — O processo da independência não teria

sido o mesmo sem o carisma do Amílcar Cabral. O próprio processo de luta teve consequências que ultrapassaram as fronteiras da Guiné: fizeram-se sentir na própria sociedade portuguesa. O núcleo duro do MFA formou-se a partir da experiência de militares portugueses na Guiné.

P. — Sim, mas o que eu gostaria de saber é se, sem o Amílcar Cabral, alguém se teria atrevido a avançar com uma proposta de ligação política entre a Guiné e Cabo Verde?

R. — Possivelmente não.

P. — O Amílcar Cabral era sobretudo um cabo-verdiano nascido na Guiné, ou, pelo contrário, um guineense de ascendência cabo-verdiana?

R. — O Amílcar nasceu na Guiné, filho de pais cabo-verdianos, e foi levado ainda criança para Cabo Verde; formou-se dentro da estrutura mental cabo-verdiana. Depois do Liceu veio para Portugal onde conviveu com outros estudantes africanos. Só na idade adulta é que ele regressou à Guiné, tal como tinha acontecido em 1975, para abrilhantarem o seu período, procuraram enegrecer os anos anteriores. Daí que num processo de autêntica confusão histórica assistiu-se a coisas como voltar a dar nomes coloniais a ruas que tinham o nome de heróis da independência nacional. Mas acredito que passado este período de confusão se atinja um tempo de serenidade em que se possa lançar um olhar mais adulto sobre os vários processos políticos que Cabo Verde atravessou. ■

ONU continua a trabalhar pela pacificação de Angola

PÚBLICO, 23-2-97

Kofi Annan é aguardado em Luanda

O ACTUAL secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, tenciona visitar em breve Angola, onde em Julho de 1995 o seu antecessor, Butros Butros-Ghali, tentou em vão dar um contributo fundamental para que o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da oposição, Jonas Savimbi, se encontrassem dentro do território nacional e avançassem com um Governo de Unidade e Reconciliação.

A deslocação de Annan foi anunciada durante esta última semana, em Luanda, pelo representante local da ONU, Alioune Blondin Beye, que tudo tem feito para que a paz assinada em 1994 entre o regime do MPLA e a UNITA seja mesmo irreversível, com a principal força da oposição devidamente representada na Assembleia Nacional, nos governos provinciais e locais e no corpo diplomático de Angola.

Há 19 meses, Butros-Ghali procurou conseguir que o chefe do Estado e o líder do Galo Negro se sentassem frente a frente, de modo a consolidarem as promessas de paz que haviam sido feitas em Lusaca. E é decerto isso que Annan também tentará dentro das próximas semanas: colocá-los a dialogar durante longas horas, em Luanda, Sumbe, Namibe

ou qualquer outra cidade, de modo a colocar mais uma prancha sobre o profundo fosso que tantas vezes os tem separado.

O Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com sede em Genebra, lançou nos últimos dias um apelo para que se reúnam 38,2 milhões de dólares (cerca de 6,5 milhões de contos) destinados a ajudar o regresso ao seu país de mais de 300.000 angolanos a viver no Zaire e na Zâmbia, no Congo e noutros territórios.

No entanto, mesmo que o dinheiro surja, as pessoas só poderão voltar tranquilamente aos seus municípios desde que não se verifique mais escaramuças em Angola, que se desminem todas as áreas e que haja livre circulação, sem quaisquer postos de controlo, sejam eles mantidos por forças estatais ou partidárias.

Em Março do ano passado, no Gabão, durante a última vez em que estiveram juntos, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi disseram num comunicado conjunto que "entre Junho e Julho de 1996" teriam pronto um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN); mas a verdade é que se vai entrar em Março de 1997, já com sete

meses de atraso, sem que tal Executivo esteja de pé.

Por isso mesmo é que Kofi Annan deverá aparecer agora em Angola a solicitar, uma vez mais, que regime e oposição sejam suficientemente flexíveis, de modo a que o cumprimento integral do Protocolo de Lusaca não tenha de se arrastar por mais um ano ou dois.

Sexta-feira o Conselho de Segurança das Nações Unidas deverá reunir-se e, em princípio,

prorrogar apenas até 31 de Março o actual mandato da Missão de Verificação em Angola (Unavim III), que conta com observadores militares, policiais, funcionários e soldados de 33 nacionalidades, incluindo indianos, brasileiros, romenos, uruguaio, zimbabueanos, zambianos e portugueses.

Entretanto, a plena vivência democrática entre todos os angolanos continua a ser como que uma miragem. ■ J.H.

NOTÍCIAS AFRICANAS, publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Complexo Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021) 531-2000, Ramal 259, e 531-2636. We ask for exchange.